



## FORMAÇÃO CONTINUADA DO PNAIC: OS DESAFIOS NA SALA DE AULA

Nadyne Pereira de Alencar Araujo<sup>1</sup>

Priscila Dantas Fernandes<sup>2</sup>

Verônica dos Reis Mariano Souza<sup>3</sup>

### GT8 - Espaços Educativos, Currículo e Formação Docente (Saberes e Práticas)

#### RESUMO

Este artigo objetiva apresentar os desafios enfrentados por professores e alunos durante o processo de alfabetização, a partir das formações continuadas do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) na Universidade Federal de Sergipe, ocorridas em 2017. Os dados foram coletados através de observações e participações nessas formações e por aplicação de questionários. O Pacto configura-se como um importante meio de agregar conhecimentos e melhorar a prática do professor, possibilitando então um melhor processo de ensino-aprendizagem. Os resultados revelaram inúmeros desafios enfrentados por professores e alunos em sala de aula, como escolas em condições precárias, a desestrutura familiar, falta de um ambiente escolar adequado, professores desmotivados e salas superlotadas.

**Palavras-chave:** Alfabetização. Desafios. PNAIC.

#### ABSTRACT

This article aims to present the challenges faced by teachers and students during the literacy process, based on the continuing formation of the National Pact for Literacy in the Right Age (PNAIC) at the Federal University of Sergipe, in 2017. Data were collected through observations and participation in these training courses and by application of questionnaires. The Pact is an important means of aggregating knowledge and improving the teacher's practice, thus enabling a better teaching-learning process. The results revealed numerous challenges faced by teachers and students in the classroom, such as schools in precarious conditions, family disruption, lack of an adequate school environment, unmotivated teachers and overcrowded classrooms.

**Keywords:** Literacy. Challenges. PNAIC.

<sup>1</sup> Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal de Sergipe. E-mail: nadyne.alencar@hotmail.com

<sup>2</sup> Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Sergipe. E-mail: p.d.fernandes01@gmail.com

<sup>3</sup> Doutora em Educação. Professora Adjunta do Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: veronicamariano@live.com



## INTRODUÇÃO

A formação continuada é essencial para o docente uma vez que se torna necessário o aperfeiçoamento das práticas educativas, de maneira que haja um bom aproveitamento dos conteúdos ministrados em sala. Nesse sentido, o presente artigo<sup>4</sup> tem como objetivo apresentar os desafios enfrentados por professores e alunos durante o processo de alfabetização, a partir das formações continuadas do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) na Universidade Federal de Sergipe, ocorridas em 2017.

A alfabetização, normalmente é entendida como base no conceito de ler e escrever. Mas esse significado corresponde à realidade? E de que forma ocorre esse processo? Muitas pessoas não têm boas experiências na etapa de alfabetização devido aos métodos completamente repetitivos e constrangedores. A esse respeito, Albuquerque (2007, p.13-15) comenta que:

A experiência “traumatizante” de alfabetização na escola devia-se não só aos castigos aos quais muitos de nós fomos submetidos, mas às próprias atividades desenvolvidas, com ênfase na repetição e na memorização de letras, sílabas e palavras sem significados [...]. A partir da década de 1980, o ensino da leitura e da escrita centrado no desenvolvimento das referidas habilidades, desenvolvido com o apoio de material pedagógico que priorizava a memorização de sílabas e/ou palavras e/ou frases soltas, passou a ser amplamente criticado. Nesse período, pesquisadores de diferentes campos – Psicologia, História, Sociologia, Pedagogia, etc. – tomaram como temática e objeto de estudo a leitura e seu ensino, buscando redefini-los.

Diante disso, podemos perceber que o processo de alfabetização nem sempre foi desenvolvido da melhor forma. Surgiu então o conceito de “analfabetismo funcional”, que se refere às pessoas que não conseguem utilizar a leitura e a escrita em diferentes contextos sociais, devido ao fato de terem passado por um processo de memorização no período em que se alfabetizavam.

Consequentemente, passou-se a considerar o termo letramento, como um processo de alfabetização que leva em conta os aspectos sociais do indivíduo e agrega o conhecimento a partir daquilo que já se sabe, mesmo que superficialmente. Isso torna a aprendizagem mais eficiente ao invés de ensinar apenas as codificações da língua sem nenhum aspecto a que se

---

<sup>4</sup> Este artigo é resultante do projeto de pesquisa do Programa de Iniciação Científica (PICVOL/UFS), intitulado "O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: o que dizem os professores de Sergipe sobre o eixo Língua Portuguesa".



possa relacionar para garantir o aprendizado. Albuquerque (2007, p.17-18) faz uma breve observação:

Embora a escola, nas sociedades contemporâneas, represente a instituição responsável por promover oficialmente o letramento, pesquisas têm apontado para o fato de as práticas de letramento na escola serem bem diferenciadas daquelas que ocorrem em contextos exteriores a ela. Nessa perspectiva, os alunos saem da escola com o domínio das habilidades inadequadamente denominadas de “codificação” e “decodificação”, mas são incapazes de ler e escrever funcionalmente textos variados em diferentes situações. Como apontado por Soares (1998), muitos adultos de países desenvolvidos, tendo alcançado um letramento escolar, são capazes de comportamentos escolares de letramento (ler e produzir textos escolares), mas são incapazes de lidar com os usos cotidianos da leitura e da escrita em contextos não-escolares.

Para Soares (1998, p. 47), “[...] o ideal seria alfabetizar letrando, ou seja: ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de modo que o indivíduo se tornasse, ao mesmo tempo, alfabetizado e letrado”. Desse modo, é preciso destacar que o contato intenso com textos que circulam em sociedade não assegura que o indivíduo tenha domínio da escrita alfabética, afinal, essa linguagem necessita que o aluno reflita sobre as características do sistema de escrita e isso não ocorre de forma natural.

## **O PNAIC E A FORMAÇÃO CONTINUADA DO PROFESSOR ALFABETIZADOR**

Com o intuito de apresentar as práticas realizadas durante as formações continuadas do Pacto na UFS, os dados da pesquisa foram coletados através de observações e participações nessas formações de professores realizadas na UFS, ocorridas em 2017, as quais reuniam coordenadores e professores de diversos municípios do estado. Realizamos também aplicação de questionários com 21 professores para atingir o objetivo proposto.

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), foi um acordo implementado em 2012 entre governo federal, estados, municípios e instituições a fim de garantir a alfabetização plena a todas as crianças até 8 anos de idade. Os eixos que estruturam o Pacto são: formação continuada de professores alfabetizadores; materiais didáticos, literatura e tecnologias educacionais; avaliação, gestão, controle social e mobilização (BRASIL, 2017).



Os materiais de apoio servem como base para desenvolver as habilidades do professor e do aluno como forma de contribuir como o bom andamento do programa. As avaliações sistemáticas foram criadas para identificar o nível de alfabetização dos alunos que chegam ao 3º ano do ensino fundamental, final do ciclo de alfabetização. O controle social é necessário para incentivar a colaboração e o diálogo, garantindo que as formações cheguem a sala de aula.

Segundo Bretas (2017): “o objetivo principal desse acordo foi contribuir para a formação continuada de professores alfabetizadores que atuavam diretamente com crianças de seis a oito anos”. O PNAIC foi entendido como um esforço fundamental para a integração do sistema de ensino que encerra tantas diferenças regionais, econômicas e sociais que existem no país.

A principal inovação no programa em 2017 refere-se a um direcionamento maior na intencionalidade pedagógica das formações e da atuação dos formadores, articulada a um modelo de fortalecimento da capacidade institucional local, reforçando a importância de ter, na estrutura de formação e gestão, atores locais altamente comprometidos com os processos formativos e de monitoramento, avaliação e intervenção pedagógica (BRASIL, 2017, p. 7).

Assim, as formações de professores do PNAIC, inicialmente ocorriam com a apresentação dos participantes: nome, cidade, área de trabalho e a experiência com o Pacto. Em uma das formações, aplicou-se um questionário com questões relacionadas aos índices de alfabetização, condições estruturais da escola, forma de trabalho do professor, dificuldades no ensino da leitura e escrita, sugestão para que ao menos 80% delas consigam ler e escrever.

Os dados revelaram que a maioria das escolas estão em condições precárias, sem estrutura para que possa haver um bom aprendizado, conforme destaque de professores: *“a escola precisa urgentemente de uma boa reforma, salas quentes, banheiros horríveis, escola muito pequena, faltam materiais didáticos e não tem biblioteca”, “Umam têm ambiente físico bom, mas outras estão em condições precárias (faltam até cadeiras para os alunos sentarem)”*.

Diante dessa realidade nos perguntamos: como obter um bom desempenho quando não há recursos básicos disponíveis e nem ao menos bibliotecas? Em contrapartida, alguns dos participantes da pesquisa, ao serem indagados se trabalhavam os direitos de aprendizagem com os alunos, relataram: *“pelo que percebo, os professores são conteudistas,*



*não se preocupam muito em inovar e criar novas metodologias para que sejam atingidos todos os níveis dos alunos da classe”, “Devido a problemas enfrentados diariamente em sala de aula e a correria do professor em muitas vezes estarem com salas lotadas não conseguem contemplar os direitos da aprendizagem”.*

Apenas repassar o conteúdo escolar sem que haja uma conexão feita a partir do que a criança já sabe não fornece fundamentações básicas para que ela aprenda de forma proveitosa. O professor alfabetizador é aquele que conduz a criança até o conhecimento e a maneira de ministrar uma aula faz toda diferença no processo de aprendizagem, pois cada uma tem seu tempo e não existe um modelo de criança universal.

Nesse sentido, a ludicidade, quando feita de forma adequada e com fundamentos que levem à reflexão do que foi visto em sala de aula, se torna uma ferramenta de extremo valor. O lúdico estimula a criança a associar os conteúdos através de brinquedos, jogos e brincadeiras que contribuem para o desenvolvimento de muitas habilidades como a autoconfiança, socialização, autonomia, imaginação e entre outras que vão além da sala de aula.

Trabalhar os direitos de aprendizagem significa introduzir o conteúdo, aprofundá-lo com clareza e o consolidar de forma que tenha coerência com tudo que já foi passado. É necessário que haja um planejamento do que se pretende trabalhar, o professor pode desenvolver qualquer atividade, desde que haja sentido e ele deve criar oportunidades para que todos os alunos compreendam, visto que o tempo na classe deve ser aproveitado de maneira inteligente, afinal, não é interessante que o aluno saia sem que os objetivos de aprendizagem tenham sido alcançados.

A respeito das principais causas do insucesso no processo de alfabetização, sobressaiu a afirmação de um professor: *“Um dos motivos que percebo é a má alimentação. O aluno que chega na escola com fome, tem uma concentração afetada, diminuindo sua capacidade de concentração e, conseqüentemente, de aprendizagem. Outro ponto crucial é a sua realidade familiar, que reflete diretamente em seu desempenho escolar [...]”.*

Nesse sentido, a desestrutura familiar foi um dos principais motivos apontados pela maioria dos pesquisados para justificar o baixo rendimento dos alunos. Percebemos também que a falta de um ambiente escolar adequado, professores desmotivados e salas superlotadas formam um conjunto de fatores que dificultam ainda mais os avanços rumo a um nível de alfabetização de qualidade.



São diversas as causas que levam aos baixos índices de alfabetização das crianças. Enfrentar os desafios e superá-los é uma luta diária vivida por boa parte de professores e alunos, pois não é fácil ensinar e aprender a ler e escrever, respectivamente, diante dessa realidade. Desse modo, são necessários elementos que chamem a atenção da criança para que se familiarizem com as características da língua portuguesa, despertando o interesse em aprender.

Algumas sugestões foram apresentadas para que 80,2% das crianças possam ler e escrever ao final do 3º do ensino fundamental: “[...] o essencial é trabalhar a leitura individual todos os dias com aqueles que ainda não se apropriaram da leitura e escrita. Buscar trabalhar em dupla, para que um estudante ajude o outro, desenvolver um instrumental de acompanhamento do estudante e registrar o desempenho diariamente. Trazer os estudantes com mais dificuldade pra perto do professor, dando-lhes uma atenção maior”. “Conscientizar os pais o valor da educação na vida dos seus filhos e na sociedade. Formação continuada para os professores e coordenadores pedagógicos. Uma escola bem estruturada tanto no ambiente físico, como também em material escolar”.

Apesar de todas as dificuldades supracitadas no ambiente escolar, durante um dos debates ocorridos nas formações, duas escolas em Sergipe foram citadas como exemplos de bom desempenho. Procuramos entender seu funcionamento e medidas adotadas para melhorar os índices de aprendizagem.

A primeira foi a Escola Estadual Epifânio Dória do município de Poço Verde: índice de leitura de 84% e de escrita 94%. As características apontadas foram: professores todos concursados, equipe unida, diretor comprometido com a escola, participação efetiva dos pais. É uma escola simples, porém ampla. A segunda foi a Escola Municipal Manoel Ferreira: índice de leitura de 69,2% e de escrita 69,2%. Suas características foram: a comunidade participa, o diretor dá aula, é multisseriada e, apesar do difícil acesso, atende às necessidades de cada aluno.

Os dados da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), em 2016, também foram colocados em pauta, destacando a importância da autonomia do professor em não se deter ao livro didático. Nas formações, eram exibidos vídeos, dos quais destacamos dois: um referente às estatísticas com comentários de professores e outro sobre uma escola localizada em Sobral/CE que continha o melhor índice de aprendizagem. Após as discussões, grupos por municípios reuniam-se para apresentar seus posicionamentos e contribuições para as práticas no cotidiano escolar. As fotos 1 e 2 a seguir mostram alguns momentos das formações:



**Foto 1 - Reunião dos formandos por município**



**Fonte:** Arquivo pessoal de Nadyne Alencar.

**Foto 2 - Reunião dos formandos por município**



**Fonte:** Arquivo pessoal de Nadyne Alencar



A partir das observações, percebemos que as políticas mudam e modificam também as formas de aprendizagem, o que dificulta o trabalho dos professores. A formação continuada é de grande importância perante a sociedade, pois o professor é quem organiza e determina o conhecimento. A medida em que a sociedade cresce e se moderniza, aumenta também a necessidade de professores das mais diversas áreas do conhecimento.

É muito comum ouvirmos falar que ser professor hoje em dia não é fácil. Tal afirmativa talvez se deva ao fato de assistirmos a tantas mudanças na ordem do conhecimento e da vida em sociedade que exige conhecimentos mais especializados e abrangentes, diferentemente daquela representação do professor como um sacerdote, atendendo a um chamado divino (LEAL; PESSOA, 2012, p. 8).

Investir na formação dos professores é essencial para manter o nível de aprendizado dos alunos cada vez mais atualizado. O aumento de cursos de especialização e a expansão do sistema educacional no país, exigem que as políticas públicas pensem no melhor desenvolvimento dos professores em sala de aula, a fim de acompanhar tais mudanças e garantir a qualidade no ensino. De acordo com Leal e Pessoa (2012, p. 10), “os programas atuais de formação continuada têm como proposta associar novas abordagens do ensino da língua às ‘novas concepções’ de formação”.

O compromisso de criar artifícios que vão nortear as ações políticas voltadas para o desenvolvimento da melhoria da educação, de maneira geral, cabe ao governo. Já a academia precisa realizar pesquisas científicas que apontem, por meio de novas teorias, argumentos que possam promover mudanças nas práticas pedagógicas como também no aprendizado do aluno. Existem diferenças entre a formação inicial e a continuada, como aponta o trecho presente no caderno de formação:

[...] na formação inicial, embora alguns estudantes já possam desempenhar as funções docentes, não integram um grupo necessariamente formado por profissionais. O estatuto dessas pessoas em processo de formação na instituição é de estudante e não de profissional. Já na formação continuada, os papéis a serem desempenhados por eles são os de estudante e de profissional, ao mesmo tempo, sendo o papel de profissional preponderante. O que pode, muitas vezes, ocorrer é um descompasso entre essas duas modalidades formativas. Na formação inicial tem-se enfatizado mais a teoria e na continuada, a prática (LEAL; PESSOA, 2012, p. 11).





Nesta concepção, percebe-se que a formação continuada precisa de uma dedicação específica pelo fato de envolver comportamentos e sentimentos pessoais e profissionais como a satisfação, ou não, em ser um docente. Portanto, se faz necessário considerar questões imprescindíveis com o intuito de obter êxito nesse processo pois, assim como afirma o texto “trabalhar com os profissionais em serviço é, sobretudo, administrar diferentes saberes e procedimentos que os levem a um novo pensar e fazer a partir de diferentes processos, considerando os percursos individuais e sociais” (LEAL; PESSOA, 2012, p.12).

Tendo em vista os pontos citados, percebemos a grande importância do PNAIC para o processo de alfabetização, letramento e formação de professores. Por isso, desejamos obter cada vez mais êxito em nossas pesquisas, a fim de melhorar significativamente os dados de alfabetização no estado de Sergipe que não têm sido tão satisfatórios quanto esperávamos. Para isso, é necessário empenho, continuar acreditando no programa e em sua seriedade, trabalhando em conjunto para obter melhores resultados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As formações continuadas de professores realizadas na Universidade Federal de Sergipe permitiram-nos uma compreensão acerca do desenvolvimento das políticas públicas em sala de aula relacionadas ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Percebemos que as formações são essenciais, uma vez que contribuem para que haja um aperfeiçoamento na didática do professor; em sua maneira de alfabetizar o aluno.

Os dados revelaram que a maioria das escolas estão em condições precárias, há desestrutura familiar, falta ambiente escolar adequado, os professores são desmotivados e as salas superlotadas. Assim sendo, algumas sugestões foram apresentadas pelos professores para que as crianças possam ler e escrever ao final do 3º do ensino fundamental, como a leitura individual diariamente, trabalhos em conjunto, acompanhamento do desempenho dos alunos cotidianamente, maior atenção aos alunos com dificuldades na aprendizagem, ambiente escolar adequado, formações continuadas para professores e coordenadores pedagógicos e principalmente, a presença dos pais na escola.

Apesar das dificuldades, tivemos duas escolas com bons índices de desempenho, como apontou a Avaliação Nacional de Aprendizagem. Portanto, isso nos faz perceber que o trabalho desenvolvido pelo Pacto está sendo acompanhado por cada coordenação em seus devidos municípios, mas é preciso que haja um maior comprometimento já que apenas



participar das formações não é suficiente, é necessário colocar em prática e auxiliar no bom andamento dos princípios abordados pelo Pacto.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de. Conceituando alfabetização e letramento. IN: SANTOS, Carmi Ferraz; MENDONÇA, Márcia (Org.). **Alfabetização e letramento: conceitos e relações**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação Secretaria de Educação Básica. **Documento Orientador – PNAIC em Ação 2017**. Disponível em: <[http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/doc\\_orientador/doc\\_orientador\\_versao\\_final.pdf](http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/doc_orientador/doc_orientador_versao_final.pdf)>. Acesso: 20 jan. 2018.

BRETAS, Silvana Aparecida; CARVALHO, José Ricardo. **Implantação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa em Sergipe: estratégias formativas e avaliadoras**. Brasília: 2017. Disponível em: <[emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/download/3196/2734](http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/download/3196/2734)> Acesso: 20 jan. 2018.

LEAL, Telma Ferraz; PESSOA, Ana Cláudia Rodrigues Gonçalves. **Pacto nacional pela alfabetização na idade certa: formação de professores no pacto nacional pela alfabetização na idade certa** IN: BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Brasília: MEC, SEB, 2012. 39 p.

SOARES, Magda. **A reinvenção da Alfabetização**. Parte de palestra proferida na FAE UFMG, em 26/05/2003, na programação “Sexta na Pós”. Transcrição e edição de José Miguel Teixeira de Carvalho e Graça Paulino.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. São Paulo: Autêntica 1998.